

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
---	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	51.927.546
Preferenciais	0
Total	51.927.546
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.636.379	2.659.782
1.01	Ativo Circulante	491.726	543.898
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.085	48.240
1.01.03	Contas a Receber	392.993	452.725
1.01.03.01	Clientes	385.383	446.189
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	427.259	485.048
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-41.876	-38.859
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.610	6.536
1.01.03.02.01	Conta a receber de partes relacionadas	1.458	1.702
1.01.03.02.02	Adiantamentos a fornecedores	539	463
1.01.03.02.04	Demais contas a receber	3.023	2.283
1.01.03.02.05	Cessão de crédito	2.590	2.088
1.01.04	Estoques	2.106	1.846
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.916	40.666
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.916	40.666
1.01.07	Despesas Antecipadas	626	421
1.02	Ativo Não Circulante	2.144.653	2.115.884
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	232.363	225.095
1.02.01.03	Contas a Receber	478	478
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	478	478
1.02.01.06	Tributos Diferidos	95.650	93.179
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	92.245	89.975
1.02.01.06.02	Ativos fiscais diferidos	3.405	3.204
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	136.235	131.438
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	31.137	24.564
1.02.01.09.04	Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920
1.02.01.09.05	Provisão para perdas sobre bens e direitos	-920	-920
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	105.010	102.941
1.02.01.09.07	Outro realizáveis a longo prazo	88	3.933
1.02.02	Investimentos	380	380
1.02.02.01	Participações Societárias	380	380
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	380	380
1.02.04	Intangível	1.896.135	1.870.892
1.02.04.01	Intangíveis	1.896.135	1.870.892
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.896.135	1.870.892
1.02.05	Diferido	15.775	19.517

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.636.379	2.659.782
2.01	Passivo Circulante	802.075	862.241
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.695	7.746
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.695	7.746
2.01.02	Fornecedores	234.699	307.760
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	234.699	307.760
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	382.421	333.834
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	382.421	333.834
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	382.421	333.834
2.01.05	Outras Obrigações	175.260	212.901
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	302	10.045
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	302	10.045
2.01.05.02	Outros	174.958	202.856
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	67.543	73.759
2.01.05.02.05	Obrigações com fundo de pensão	11.576	1.122
2.01.05.02.06	Demais contas a pagar	8.766	8.188
2.01.05.02.07	Tributos a recolher	36.243	68.957
2.01.05.02.08	Concessão a pagar	50.830	50.830
2.02	Passivo Não Circulante	714.072	723.631
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	540.049	543.744
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	540.049	543.744
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	540.049	543.744
2.02.02	Outras Obrigações	94.192	104.079
2.02.02.02	Outros	94.192	104.079
2.02.02.02.05	Obrigações com fundo de pensão	94.192	104.079
2.02.04	Provisões	79.831	75.808
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	79.831	75.808
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	13.856	13.515
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	33.830	30.916
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	32.145	31.377
2.03	Patrimônio Líquido	1.120.232	1.073.910
2.03.01	Capital Social Realizado	442.830	442.830
2.03.02	Reservas de Capital	2.194	2.194
2.03.02.07	Reserva incentivos fiscais	2.194	2.194
2.03.04	Reservas de Lucros	653.466	653.464
2.03.04.01	Reserva Legal	86.738	86.737
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	196.413	196.414
2.03.04.10	Reserva de expansão	370.315	370.313
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	46.711	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-24.969	-24.578

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	793.734	876.173
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-581.562	-673.963
3.03	Resultado Bruto	212.172	202.210
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-111.857	-99.489
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-106.697	-95.769
3.04.02.01	Despesa com pessoal	-20.809	-18.702
3.04.02.02	Entidade de previdência privada	-1.676	-989
3.04.02.03	Utilidade, materiais e serviços	-7.672	-4.960
3.04.02.04	Amortização do intangível	-26.070	-27.404
3.04.02.05	Serviços e outros gastos	-50.470	-43.714
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.160	-3.720
3.04.05.01	Outras líquidas	-5.160	-3.720
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	100.315	102.721
3.06	Resultado Financeiro	-27.025	-10.323
3.06.01	Receitas Financeiras	6.144	2.321
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.169	-12.644
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	73.290	92.398
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.579	-31.735
3.08.01	Corrente	-28.593	-31.453
3.08.02	Diferido	2.014	-282
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	46.711	60.663
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	46.711	60.663
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,89950	1,16820

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	46.711	60.663
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-310	-1.030
4.03	Resultado Abrangente do Período	46.401	59.633

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	41.119	29.429
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-68.119	-100.097
6.01.01.01	Juros pagos	-7.449	-8.667
6.01.01.02	IR e CSLL pagos	-60.670	-86.461
6.01.01.03	IRRF sobre JCP pagos	0	-4.969
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.992	-13.317
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	57.790	24.044
6.01.02.02	Tributos a recuperar e diferidos	53.376	60.134
6.01.02.03	Estoques	-260	84
6.01.02.04	Outros ativos	755	-5.067
6.01.02.05	Fornecedores	-73.061	-23.425
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas	1.949	1.358
6.01.02.07	Tributos a recolher	-59.293	-68.587
6.01.02.08	Partes relacionadas	-9.499	6.904
6.01.02.09	Obrigações com fundo de pensão	176	-2.029
6.01.02.10	Outros passivos	577	-7.399
6.01.02.11	Créditos restituíveis	-502	666
6.01.03	Outros	137.230	142.843
6.01.03.01	Lucro líquido antes IR/CSL	73.290	92.398
6.01.03.02	Juros, var. monet. e cambiais sobre empréstimos	30.830	23.041
6.01.03.03	Contingências	4.023	0
6.01.03.04	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.017	0
6.01.03.05	Amortização do intangível e diferido	26.070	27.404
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-47.571	-44.126
6.02.01	Aquisições do ativo intangível	-47.594	-44.130
6.02.02	Recebimento pela venda do ativo intangível	23	4
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	15.297	13.131
6.03.01	Amortização de empréstimos	-8.488	-16.869
6.03.02	Ingressos de empréstimos	30.000	30.000
6.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-6.215	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.845	-1.566
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.240	50.136
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	57.085	48.570

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	442.830	2.194	653.464	0	-24.578	1.073.910
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.830	2.194	653.464	0	-24.578	1.073.910
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.711	-391	46.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46.711	0	46.711
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-391	-391
5.05.02.06	Resultado Fundo de Pensão	0	0	0	0	-391	-391
5.07	Saldos Finais	442.830	2.194	653.464	46.711	-24.969	1.120.230

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	362.585	2.194	603.294	0	-24.268	943.805
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	362.585	2.194	603.294	0	-24.268	943.805
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.663	-1.030	59.633
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.663	0	60.663
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.030	-1.030
5.05.02.06	Resultado Fundo de Pensão	0	0	0	0	-1.030	-1.030
5.07	Saldos Finais	362.585	2.194	603.294	60.663	-25.298	1.003.438

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	920.744	993.840
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	924.701	995.521
7.01.02	Outras Receitas	752	527
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.709	-2.208
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-718.736	-781.389
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-576.638	-669.565
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-142.098	-111.824
7.03	Valor Adicionado Bruto	202.008	212.451
7.04	Retenções	-26.070	-27.404
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.070	-27.404
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	175.938	185.047
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.144	5.835
7.06.02	Receitas Financeiras	6.144	5.835
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	182.082	190.882
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	182.082	190.882
7.08.01	Pessoal	21.170	19.041
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.128	13.930
7.08.01.02	Benefícios	4.766	3.960
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.276	1.151
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.458	80.389
7.08.02.01	Federais	49.974	52.513
7.08.02.02	Estaduais	28.058	27.494
7.08.02.03	Municipais	426	382
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.743	30.789
7.08.03.01	Juros	33.169	28.414
7.08.03.02	Aluguéis	2.574	2.375
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	46.711	60.663
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	46.711	60.663

Comentário do Desempenho

Em milhares de Reais

O volume total de gás vendido no primeiro trimestre foi de 1.059.980 mil metros cúbicos, com uma queda de 21,26% em comparação ao primeiro trimestre de 2015. O mercado convencional, isoladamente, apresentou uma redução de 4,39% ao mesmo período de 2015, com um volume total de 352.444 mil metros cúbicos, pelo efeito combinado de menor volume no segmento industrial e maior volume consumido pelo segmento doméstico, comercial e GNV, que apresentaram um aumento de 2,45% em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando um volume de 232.557 mil metros cúbicos. No mercado termelétrico, foi registrada uma queda em comparação com primeiro trimestre de 2015, com despacho total de 707.536 mil metros cúbicos, 27,62% inferior ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente, pela redução das atividades econômicas do país e melhora de nível dos reservatórios hidroelétricos. Os mercados doméstico, comercial e GNV somaram um total 232.557 metros cúbicos neste trimestre, apresentando um aumento de 2,45% frente ao mesmo período de 2015 e o mercado de Industrial apresentou redução de 15,35% em relação ao mesmo período de 2015, alcançando um volume de 119.886 mil metros cúbicos.

O resultado bruto apurado até o fechamento neste primeiro trimestre de 2016 foi de R\$ 217.817 mil, o que representa um aumento de 5,08% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia apresentou no trimestre um lucro líquido de R\$ 46.711 mil, inferior em 23,00% ao obtido no mesmo período do ano anterior,-principalmente por maiores despesas operacionais e pior resultado financeiro.

O LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) no primeiro trimestre de 2016 atingiu o montante de R\$ 100.312 mil contra R\$ 114.976 mil em igual período de 2015.

Os investimentos realizados no primeiro trimestre de 2016 somaram R\$ 46.743 com um aumento de 5,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao maior volume de projetos de expansão, combinado com maiores projetos de renovação e manutenção da rede de gás (principalmente ligados a demandas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). Neste primeiro trimestre de 2016, os investimentos foram aplicados principalmente em Zona Consolidada e projetos de manutenção e renovação de redes, com 87,1%.

A Companhia atingiu, ao final do primeiro trimestre de 2016, o total de 881 mil clientes o que representa um crescimento de 3,8% comparado ao mesmo período de 2015.

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês. Ambos os prazos previstos foram integralmente cumpridos na forma do contrato de concessão.
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 31 de março de 2016 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.11 e 14).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo grupo GAS NATURAL FENOSA cuja sede é em Barcelona - Espanha, e está registrada na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros.

A emissão dessas informações trimestrais foi recomendada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 11 de maio de 2016.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando aplicável) mensurados ao valor justo.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 24.

2.3 Moeda funcional

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais **Para o trimestre findo em 31 de março de 2016** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e depósitos judiciais.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Notas Explicativas - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais **Para o trimestre findo em 31 de março de 2016** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são recinhecidos pelos

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"), considerando os critérios descritos na Nota 2.6.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.8 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.10 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 13).

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços ou prazo do contrato, dos dois o menor.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 14).

2.12 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 15).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de março de 2016.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais **Para o trimestre findo em 31 de março de 2016** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.17 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 7 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 22).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais
Para o trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.20 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Serviços de Construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Explicativas Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 31 de março de 2016 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

2.21 Demonstrações do valor adicionado

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações trimestrais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

2.23 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o 1º trimestre de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a CEG.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de março de 2016 foi de R\$ 110.654 (R\$ 197.318 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais **Para o trimestre findo em 31 de março de 2016** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 31 de março de 2016 de R\$ 86.947 (R\$ 68.853 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais **Para o trimestre findo em 31 de março de 2016** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de março de 2016, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição a taxas de juros e risco cambial.

(a) **Risco de mercado**

(i) **Risco cambial**

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima.

(ii) **Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) **Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Explicativas Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Em 31 de março de 2016			
Empréstimos e financiamentos	403.072	402.655	308.426

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

(d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 31 de março de 2016, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 865.385, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 31 de março de 2016, indicava uma taxa mediana da Selic em 14,16%. A TJLP estimada é de 7,50%, cenário provável para o ano de 2016.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas

Notas Explicativas - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/03/2016 - %	14,14	14,14	14,14
Dívida líquida - bancos	811.754	811.754	811.754
Taxa anual estimada do CDI em 31/03/2016 - %	14,16	17,70	21,24
Despesa financeira	162	28.898	57.635
IR E CS	55	9.825	19.596
DESPESA FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	107	19.073	38.039

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 31/03/2016 - %	7,50	7,50	7,50
Dívida líquida - BNDES	53.631	53.631	53.631
Taxa TJLP estimada em 31/03/2016 - %	7,50	9,38	11,25
Despesa financeira	-	1.006	2.011
IR E CS	-	342	684
DESPESA FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTOS	-	664	1.327

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pela dívida líquida mais o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17)	922.470	877.579
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(57.085)	(48.240)
Dívida líquida	<u>865.385</u>	<u>829.339</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.120.232</u>	<u>1.073.910</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>1.985.617</u>	<u>1.903.249</u>
Índice de alavancagem financeira - %	43	43

O índice de alavancagem financeira no 1º trimestre de 2016 se manteve estável em comparação com o último

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 31 de março de 2016 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice do 1º trimestre de 2016 está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 17).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

4.3 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Empréstimos e recebíveis</u>		
Contas a receber de clientes	427.259	485.048
Caixa e equivalentes de caixa	57.085	48.239
Contas a receber de partes relacionadas	1.458	1.702
Demais contas a receber	3.023	2.283
Cessão de crédito	2.590	2.088

Companhia Distribuidora de Gás
Notas Explicativas
Notas Explicativas do Balanço - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais
Para o trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depósitos judiciais	<u>105.010</u>	<u>102.941</u>
	<u>596.425</u>	<u>642.301</u>

31/03/2016 31/12/2015

Outros passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos	922.470	877.579
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	<u>285.831</u>	<u>371.805</u>
	<u>1.208.301</u>	<u>1.249.384</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	19	64
Depósitos bancários	<u>57.066</u>	<u>48.175</u>
	57.085	48.239

8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	290.506	271.157
Do setor público	<u>12.527</u>	<u>13.077</u>
	<u>303.033</u>	<u>284.234</u>
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	108.671	194.718
Do setor público	<u>1.983</u>	<u>2.600</u>
	<u>110.654</u>	<u>197.318</u>

Companhia Distribuidora de Gás
Notas Explicativas Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais
Para o trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vendas de equipamentos	<u>13.572</u>	<u>3.496</u>
	<u>427.259</u>	<u>485.048</u>

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer		
Faturado	187.783	180.019
Não faturado	110.654	197.318
Vencidas		
Até três meses	69.188	59.468
De três a seis meses	17.759	9.384
Acima de seis meses (a)	<u>41.876</u>	<u>38.859</u>
	<u>427.259</u>	<u>485.048</u>

- (a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2015</u>
Em 1º de janeiro	38.859	35.440
Provisão para impairment de contas a receber	12.368	33.032
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	<u>(9.351)</u>	<u>(29.613)</u>
Em 31 de dezembro	<u>41.876</u>	<u>38.859</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações trimestrais é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. Em garantia das obrigações assumidas com o fundo de pensão Gásius, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

9 Tributos a recuperar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS (a)	12.293	13.893
FINSOCIAL (b)	13.136	13.800
ICMS a recuperar (c)	20.084	12.935
Contribuição Social (d)	16.680	17.265
Outros	4.336	4.136
Imposto de renda retido na fonte	<u>3.523</u>	<u>3.201</u>
	<u>70.053</u>	<u>65.230</u>

Companhia Distribuidora de Gás
Notas Explicativas - Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais
Para o trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Circulante	<u>(38.916)</u>	<u>(40.666)</u>
Não circulante	<u>31.137</u>	<u>24.564</u>

- (a) Refere-se a valores estimados de crédito de Pis e Cofins sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do Pis e Cofins é realizado pelo registro da nota fiscal, não sendo utilizado os valores estimados.
- (b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 23(a(ii))).
- (c) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 3.667 (R\$ 3.592 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 2.084 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 1.583 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 16.417 classificados no longo prazo, (R\$ 9.343 em 31 de dezembro de 2015) referente, principalmente, a créditos de ICMS sobre patrocínios acumulados até o período no montante de R\$ 12.132 (R\$ 9.278 em 31 de dezembro de 2015) e aquisição de gás fora do estado de acordo com Regime Especial a serem utilizados em períodos seguintes no montante de R\$ 4.285 (R\$ 3.785 em 31 de dezembro de 2015).
- (d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>95.650</u>	<u>93.179</u>
	<u>95.650</u>	<u>93.179</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
--	-------------------	-------------------

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas - Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 31 de março de 2016 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obrigações de fundo de pensão	52.207	51.430
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.454	4.792
Provisão para contingências	30.627	28.677
Mudança de prática - novos CPCs (*)	(4.904)	(4.886)
Fornecedores	6.483	7.132
Outras	5.783	6.034
Ativo não circulante	<u>95.650</u>	<u>93.179</u>

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita de ajuste a valor presente	(907)	(895)
Juros e variação monetária Gasius (nota 22)	(3.997)	(3.991)
	<u>(4.904)</u>	<u>(4.886)</u>

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos ativos sobre						Total
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões	
Em 31 de dezembro de 2015	51.430	4.792	28.677	(4.886)	7.132	6.034	93.179
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	575	662	1.695	(18)	(649)	(251)	2.014
Creditado (debitado) no Imposto corrente	202		255				457
Em 31 de março de 2016	<u>52.207</u>	<u>5.454</u>	<u>30.627</u>	<u>(4.904)</u>	<u>6.483</u>	<u>5.783</u>	<u>95.650</u>

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2022, conforme demonstrado a seguir:

2016	14.001
2017	18.922
2018	18.449
2019	18.449
2020	18.449
2021	3.690

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas - Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 31 de março de 2016 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2022	<u>3.690</u>
	<u>95.650</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Transação com partes relacionadas

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	70	182		49	3.503
Gás Natural Informática					
Gás Natural Serviços Integrales		120			174
Gás Fenosa Engineering					
CEG Rio S.A.	1.246			3.403	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	101			255	
Gás Natural Serviços S.A.	38			534	
Gás Natural do Brasil S.A.	3			4	94
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 18)		<u>24.649</u>	<u>32.521</u>		
Em 31 de março de 2016	<u>1.458</u>	<u>24.951</u>	<u>32.521</u>	<u>4.245</u>	<u>3.771</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>1.702</u>	<u>37.017</u>	<u>38.719</u>	<u>14.466</u>	<u>11.655</u>

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Salários e encargos	1.679	1.450
Honorários de diretoria	1.033	780
Participação nos lucros	1.399	1.248
Planos de aposentadoria e pensão	40	32
Outros benefícios	<u>269</u>	<u>191</u>

Companhia Distribuidora de Gás
Notas Explicativas - Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais
Para o trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>4.422</u>	<u>3.701</u>
12 Demais contas a receber		
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamentos a funcionários	1.694	534
Cartões corporativos	359	306
Outros devedores	<u>1.448</u>	<u>1.921</u>
	3.501	2.761
Circulante	<u>(3.023)</u>	<u>(2.283)</u>
Não circulante	<u>478</u>	<u>478</u>
13 Depósitos judiciais		
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ICMS (a)	3.396	3.316
INSS (a)	18.976	18.676
Processo Administrativo - SRF (b)	6.944	6.829
CIDE (c)	11.391	11.056
Penhora Judicial (d)	24.261	23.209
Trabalhistas (e)	28.393	28.497
Outros	<u>11.651</u>	<u>11.358</u>
	<u>105.010</u>	<u>102.941</u>

- (a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 23(a)).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 12.800) e cíveis (R\$ 11.461). Nas penhoras cíveis, destacam-se execuções judiciais propostas, na sua maioria em 2013, referentes a multas aplicadas pela AGENERSA (R\$4.204).
- (e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido a quantidade de processos não há o que destacar já que os valores estão pulverizados.

14 Intangível

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de Passagem (b)	Software	Contrato de concessão	Total em Operação	Contrato de Concessão em andamento (c)	Software em Desenvolvimento (d)	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2015	152.490	604	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Aquisição	(15.755)	-	2.772	33.209	20.226	212.719	16.448	249.393
Baixa líquida				(41)	(41)			(41)
Transferência para intangível em operação				136.742	136.742	(136.742)		-
Amortização	(9.058)	(147)	(3.565)	(71.609)	(84.379)			(84.379)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	127.677	459	10.017	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.892
Custo total	136.735	3.629	84.505	2.348.378	2.573.247	252.978	33.979	2.860.203
Amortização acumulada	(9.058)	(3.170)	(74.488)	(902.595)	(989.311)	-	-	(989.312)
Valor residual	127.677	459	10.017	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.892
Saldos em 1 de janeiro de 2016	127.677	459	10.017	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.892
Aquisição			125	8.608	8.733	39.809	(948)	47.594
Baixa líquida				(23)	(23)			(23)
Transferência para intangível em operação				18.645	18.645	(18.645)		-
Amortização	(2.849)	(37)	(998)	(18.445)	(22.328)			(22.328)
Saldos em 31 de Março de 2016	124.829	423	9.143	1.454.568	1.588.963	274.143	33.030	1.896.135
Custo total	136.735	3.629	84.629	2.375.607	2.600.601	274.143	33.030	2.907.774
Amortização acumulada	(11.907)	(3.206)	(75.486)	(921.040)	(1.011.639)	-	-	(1.011.640)
Valor residual	124.829	423	9.143	1.454.568	1.588.963	274.143	33.030	1.896.135
Taxas anuais de amortização (%)		5 e 6,7	20					

- (a) Contrato para exploração de serviços públicos possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a CEG e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor foi dividido em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 a 2ª parcela paga em 23/12/2015 e a terceira está prevista para pagamento em 30/12/2016. O valor da 3ª parcela está reconhecida no passivo circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização do valor total da Concessão se dará por 151 meses com início em 01/01/2015. A Companhia vem realizando a contabilização do ajuste ao valor presente no ativo e passivo, com reconhecimento de despesa financeira no passivo para recompor o valor nominal.
- (b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.
- (c) Contrato de concessão em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.

Companhia Distribuidora de Gás

Notas Explicativas Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática Hardware	Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total Contrato de Concessão
Saldos em 1 de janeiro de 2015	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Aquisição		-		1.699	757	1.245	1.411	27.489	610	33.209
Baixa líquida				(0)				(41)		(41)
Transferência para intangível em operação		2.280						134.462		136.742
Amortização		(591)	(85)	(2.987)	(1.538)	(1.072)	(1.598)	(61.126)	(2.612)	(71.609)
Ajustes										-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Custo total	1.890	34.501	11.569	114.135	27.979	18.239	18.289	2.111.895	9.879	2.348.378
Depreciação acumulada	-	(25.855)	(9.918)	(99.075)	(22.876)	(9.938)	(13.212)	(715.663)	(6.058)	(902.595)
Ajuste										
Valor contábil atual	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Saldos em 1 de janeiro de 2016	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Aquisição				(14)		(733)	13	9.297	44	8.608
Baixa líquida								(23)		(23)
Transferência para intangível em operação								18.645		18.645
Amortização		(153)	(21)	(769)	(398)	(294)	(426)	(15.788)	(595)	(18.445)
Ajustes										-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.890	8.493	1.629	14.278	4.704	7.274	4.664	1.408.363	3.270	1.454.568
Custo total	1.890	34.501	11.569	114.121	27.979	17.505	18.302	2.139.814	9.923	2.375.607
Depreciação acumulada	-	(26.008)	(9.940)	(99.844)	(23.275)	(10.231)	(13.638)	(731.451)	(6.653)	(921.040)
Ajuste										
Valor contábil atual	1.890	8.493	1.629	14.278	4.704	7.274	4.664	1.408.363	3.270	1.454.568
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

- (d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de março de 2016 foram de R\$ 8.399 (R\$ 22.022 em 31 de dezembro de 2015) à taxa média de 15,20% (14,34% em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2015	14.967	28.744	-	43.711
Aquisição				-
Amortização	(9.872)	(14.322)		(24.194)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	5.095	14.422	0	19.517
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(232.624)	(186.498)	(1.109)	(420.231)
Valor residual	5.095	14.422	-	19.517
Saldos em 1 de janeiro de 2016	5.095	14.422	0	19.517
Aquisição				-
Amortização	(1.479)	(2.263)		(3.742)
Saldos em 31 de Março de 2016	3.616	12.159	0	15.775
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(234.103)	(188.761)	(1.109)	(423.973)
Valor residual	3.616	12.159	0	15.775
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufaturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufaturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Fornecedores

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
De gás	185.574	243.448
De materiais	3.569	13.988
De serviços	45.556	50.324
	<u>234.699</u>	<u>307.760</u>

17 Empréstimos e financiamentos

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	57.169	65.691
Linhas de crédito	865.301	811.888
	<u>922.470</u>	<u>877.578</u>
Total do passivo		
Circulante	382.421	333.834
Não circulante	540.049	543.744
	<u>922.470</u>	<u>877.578</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

		<u>31/03/2016</u>		<u>31/12/2015</u>		
	<u>Fn (*)</u>	<u>Lc (*)</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
(a) Em moeda nacional						
Banco HSBC S.A.		100%	78.194	310.000	69.961	310.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	113.142		110.750	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		24.648	32.522	26.972	38.719
Banco Santander S.A.		100%	56.535		54.590	
ING Bank		100%	4.763	50.000	2.873	50.000
Banco do Brasil S.A.		100%	72.263	44.800	68.233	44.800
Banco Intesa San Paolo		100%		42.727		40.225
Banco Scotiabank		100%	32.876	60.000	455	60.000

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Total empréstimos e
financiamentos**382.421 540.049 333.834 543.744

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de renovação de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o 1º trimestre de 2016 com um custo médio de captação de 105% do CDI (104% em 31 de dezembro de 2015).

As operações de financiamentos referem-se a:

(i) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2018 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,64% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 106% do CDI ao ano, e não tem garantias oferecidas e cláusulas de covenants.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	321.405	326.650
2018	<u>218.644</u>	<u>217.094</u>
	<u>540.049</u>	<u>543.744</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000

18 Concessão a pagar

Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a CEG e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor foi dividido em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 a 2ª parcela paga em 23/12/2015 e a terceira está prevista para pagamento em 30/12/2016. O valor da 3ª parcela está reconhecido no passivo circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização do valor total da Concessão se dará por 151 meses com início em 01/01/2015. A Companhia vem realizando a contabilização do ajuste ao valor presente no ativo e passivo, com reconhecimento de despesa financeira no passivo para recompor o valor nominal.

19 Tributos a recolher

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda a pagar	9.121	41.062
ICMS	12.279	11.691
PIS	1.344	1.361
COFINS	6.191	6.335
27 de 42		

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INSS terceiros a recolher	992	1.028
IRRF terceiros a recolher (a)	144	229
CS/PIS/COFINS terceiros a recolher	1.301	1.553
ISS terceiros a recolher	542	694
ISS próprio a recolher	429	556
Taxa agência reguladora	1.132	1.437
Outros	2.768	3.011
	<u>36.243</u>	<u>68.957</u>

(a) A variação ocorrida refere-se ao IRRF sobre JCP contabilizado em dezembro de 2015 e pago em janeiro de 2016.

**20 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de
imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	<u>31/03/2016</u>		<u>31/03/2015</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>73.292</u>	<u>73.292</u>	<u>92.397</u>	<u>92.397</u>
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(18.323)	(6.596)	(23.099)	(8.315)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio				
Adições Permanentes	(1.528)	(550)	(269)	(97)
Incentivos Fiscais	418		46	
Outros				
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	<u>(19.433)</u>	<u>(7.146)</u>	<u>(23.322)</u>	<u>(8.412)</u>
Alíquota efetiva	<u>27</u>	<u>10</u>	<u>25</u>	<u>9</u>

21 Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,80%
Outros (e ações em tesouraria)	0,22%
	<u>100,00%</u>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

21.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício de 2014 não foi constituída a reserva de expansão. Porém, em 2015 conforme definido pela AGOE de 28 de abril de 2015 foi transferido da conta de dividendo adicional proposto para a conta de reserva de expansão o valor de R\$ 160.440. Ainda, foi transferido da conta de reserva de expansão o valor de R\$ 80.244 para aumento de capital definido na AGOE supracitada.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido do início de cada exercício.

22 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. A confissão de dívida firmada pela CEG com o Gásius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 está sendo paga em dia.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	57	57
Inativos	<u>1.052</u>	<u>1.053</u>
	<u><u>1.109</u></u>	<u><u>1.110</u></u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Esta contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gásius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base para atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês.

Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que

30 de 42

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011 o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir desta data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela empresa, totalizaram:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Fundo de pensão (Gásius)	549	486
Assistência médica	1.007	1.283
	<u>1.556</u>	<u>1.769</u>

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Fundo de pensão (Gásius)	558	486
Assistência médica	1.586	1.283
	<u>2.144</u>	<u>1.769</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Plano de benefícios – GASÍUS	-	1.122
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	5.204	5.203
Prêmio aposentadoria	1.936	1.994
Assistência médica para aposentados	98.628	96.882
	105.768	105.202
Circulante	(11.576)	(16.485)
Não circulante	<u>94.192</u>	<u>88.716</u>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2015	105.202
---------------------------	---------

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Benefícios pagos	1.690
Pagamentos confissão de dívida	(1.133)
Juros confissão de dívida	9
Em 31 de março de 2016	<u>105.768</u>

A composição dos ativos do plano em 31 de março de 2016 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	222.389
Fundos de investimento de renda fixa	77.041
Títulos privados	8.143
	<u>307.573</u>
Títulos de renda variável	52.977
Investimento imobiliário	37.330
Outros ativos	4.881
	<u>402.761</u>

23 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	33.831	30.916
Cíveis	32.145	31.377
Tributárias	13.855	13.515
	<u>79.831</u>	<u>75.808</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	75.808
Adições	5.052
Baixas/reversões	(2.789)
Atualizações monetárias	1.760
Saldo em 31 de março de 2016	<u>79.831</u>

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de março de 2016 é de R\$ 11.390 (R\$ 11.056 em 31 de dezembro de 2015) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 13 (c)). Existem ainda R\$2.465 (R\$ 2.459 em dezembro de 2015) referentes a honorários de êxito.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Esfera		
Federal	13.855	13.515
	<u>13.855</u>	<u>13.515</u>

(i) Contingências tributárias com chances de perda possível

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 88.550 em 31 de março de 2016 (R\$ 210.744 em 31 de dezembro de 2015). Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. No trimestre findo em 31 de março de 2016 o processo foi julgado a favor da Companhia e a ação foi extinta. O valor envolvido era de R\$ 124.285 em 31 de dezembro de 2015.
- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de março de 2016 é de R\$ 14.395 (R\$ 14.148 em 31 de dezembro de 2015).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 31 de março de 2016 é de R\$ 7.854 (R\$ 7.768 em 31 de dezembro de 2015).

- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de março de 2016 é de R\$ 11.439 (R\$ 11.288 em 31 de dezembro de 2015).

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 31 de março de 2016, é de R\$410.626 (R\$ 405.476 em 31 de dezembro de 2015) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 20) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo em aberto, no montante de R\$ 13.800 em 31 de março de 2016 (R\$ 13.800 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	50	55
Ex-empregados terceiros	714	767
Outros (Ministério Público, INSS)	<u>15</u>	<u>43</u>
	<u>779</u>	<u>865</u>

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ex-empregados CEG	7.364	6.889
Ex-empregados terceiros	<u>26.466</u>	<u>24.026</u>
	<u>33.830</u>	<u>30.915</u>

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam em 31 de março de 2016 R\$ 55.258 (R\$ 58.603 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. Se encontra provisionado o valor de R\$ 9.232. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a CEG a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer. O recurso manteve a decisão. Foi interposto pela CEG último recurso cabível em Brasília.
- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então estatal. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da provisão é de R\$ 2.101. Não houve alteração. Aguardando laudo contábil quanto ao valor a ser pago.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda provável no montante de R\$ 18.867 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

24 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (869.095 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (11.423 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shoppincenters e hotéis), industrial (307 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termelétrico (3 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmentos	Margem por segmento 31/03/2016							
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m ³ mil (Não revisado)	20.925	23.179	119.887	407.637	190.258	0	0	761.886
Receita Bruta	127.632	56.147	172.021	257.114	247.190	39.070	25.526	924.700
Deduções	(26.691)	(12.030)	(34.446)	(1.414)	(53.501)	-	(2.884)	(130.966)
Receita Líquida	100.941	44.117	137.575	255.700	193.689	39.070	22.642	793.734
Custo	(18.500)	(18.413)	(103.644)	(237.642)	(163.395)	(39.070)	(899)	(581.562)
Resultado Bruto	82.441	25.704	33.931	18.058	30.294	-	21.743	212.172
Despesas/Receitas Operacionais								(138.881)
Resultado antes da Tributação								73.291
Provisão p/IR e Contribuição social								(26.580)
Lucro/Prejuízo do Período								46.711

Segmentos	Margem por segmento 31/03/2015							
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m ³ mil (Não revisado)	18.583.062	19.758.901	141.702.681	601.443.050	188.576.265	0	0	970.063.959
Receita Bruta	104.119	48.494	182.379	377.998	220.352	37.506	24.673	995.521
Deduções	(21.697)	(10.356)	(35.142)	(1.890)	(47.693)	-	(2.570)	(119.348)
Receita Líquida	82.422	38.138	147.237	376.108	172.659	37.506	22.103	876.173
Custo	(13.457)	(14.559)	(107.266)	(355.981)	(144.902)	(37.506)	(292)	(673.963)
Resultado Bruto	68.965	23.579	39.971	20.127	27.757	-	21.811	202.210
Despesas/Receitas Operacionais								(109.812)
Resultado antes da Tributação								92.398
Provisão p/IR e Contribuição social								(31.735)
Lucro/Prejuízo do Período								60.663

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	31/03/2016	31/03/2015
Receitas de serviços	20.434	23.417
Receitas de serviços taxados	1.414	1.145
Receita de alugueis	234	111
	<u>22.082</u>	<u>24.673</u>

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

25 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração da Receita Líquida

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Venda de gás	860.104	933.342
Contratos de construção	39.070	37.506
Outras receitas	25.526	24.674
Total receita bruta	924.700	995.522
(-) Deduções da receita Bruta	<u>(130.966)</u>	<u>(119.349)</u>
Receita líquida	<u>793.734</u>	<u>876.173</u>

26 Custo

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Compra de gás e de serviços	537.569	632.058
Custo dos contratos de construção	39.070	37.506
Custo de pessoal	4.923	4.399
	<u>581.562</u>	<u>673.963</u>

27 Compromissos e contingências**27.1 Fornecedor de gás**

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o termo aditivo nº 10 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foi acordado a possibilidade de desconstrução parcial das quantidades diárias contratuais – QDCs a partir de 1º de junho de 2015.

Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso *Take or Pay (ToP)* para o ano de 2016 a 2019.

Ao final do 1º trimestre de 2016, com os dados reais apurados e os dados projetados até o encerramento do ano vigente, não há previsão de pagamento de TOP no final do ano.

27.2 Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendido o Município de Maricá por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 977.222 mil (moeda dez/11, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo aditivo, tendo sido realizado até dez/15 62% deste valor, sendo que a concessionária pretende cumprir a meta estabelecida até o fim do ciclo tarifário.

27.3 Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução de 1,99%.

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a AGENERSA determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de 2,85%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

27.4 Recebimento antecipado UTE Baixada Fluminense

A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento.

No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de RS 46.668, em 07 (sete) parcelas sendo a última vencível em 5 de novembro de 2013.

Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero.

As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito foi dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina. Os créditos foram utilizados e finalizados em agosto de 2015.

28 Despesas Gerais e administrativas

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Despesa de pessoal	20.809	18.702
Entidade de previdência privada	1.676	989
Utilidades, materiais e serviços	7.672	4.960
Amortização do intangível	26.070	27.404
Serviços e outros gastos	<u>50.470</u>	<u>43.714</u>
	<u>106.697</u>	<u>95.769</u>

29 Resultado financeiro

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	105	868
Atualizações monetárias e cambiais ativas	2.591	1.672
Receita de juros e encargos	3.081	2.499
Outras receitas financeiras	<u>369</u>	<u>796</u>
	<u>6.146</u>	<u>5.835</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente do passivo de concessão (a)	(1.289)	-
Encargos de empréstimo (Juros)	(21.718)	(16.871)
IOF	(1.149)	(801)

Notas Explicativas**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEG****Notas explicativas às Informações Trimestrais****Para o trimestre findo em 31 de março de 2016****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Atualizações monetárias e cambiais passivas	(1.466)	(3.274)
Comissões	(142)	(70)
Outras despesas financeiras	(7.405)	(7.399)
	<u>(33.169)</u>	<u>(28.415)</u>
	<u>(27.023)</u>	<u>(22.578)</u>

(a) Refere-se ao reconhecimento de ajuste a valor presente do aditivo do contrato de concessão, contabilizado a partir de outubro de 2015.

30 Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2016, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Em reais
	Importâncias seguradas
	(não auditado)
Risco operacional (*)	490.500
Responsabilidade civil geral (*)	250.190
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	4.000
(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.	

31 Eventos subsequentes

Foi aprovada, por unanimidade, na assembleia geral ordinária realizada em 27 de abril de 2016 a destinação do lucro líquido do exercício de 2015 da seguinte forma:

- R\$ 45.452 destinados à distribuição como juros sobre o capital próprio (JCP) a todos os acionistas a serem pagos em parcela única em julho de 2016.
- R\$ 14.220 destinados à constituição de reserva legal
- R\$ 35.599 a serem distribuídos como dividendos a todos os acionistas a serem pagos em duas parcelas sendo, a primeira em julho de 2016 e a segunda em dezembro de 2016.
- R\$ 189.121 a serem contabilizados em reserva de expansão

Ademais, foi aprovado aumento de capital da Companhia mediante a capitalização de parte das

Notas Explicativas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reservas de expansão, no montante de R\$ 101.670 nos termos do art. 199da Lei das S.A, sem emissão de novas ações.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Distribuidora de

Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Distribuidora de Gás S.A. - CEG (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2016

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda

Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2016, LAVRADA EM FORMA SUMÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: Aos 11 (onze) dias do mês de maio de 2016, às 09:30h (nove horas e trinta minutos), no endereço, Avenida Presidente Vargas, nº 1001, sala 801, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

PRESENCAS: Conselheiros representando a totalidade dos membros existentes no Conselho Fiscal, conforme assinaturas constantes ao final desta ata. Além dos Conselheiros, encontravam-se também presentes à reunião os Srs. Renato Ramos e Claudia Eliza Medeiros, representantes dos Auditores Independentes, a Sra. Samasse Leal, representante da Diretoria Econômico Financeira e Relação com Investidores e a Sra. Monique Arnaud Bogado, representante da Diretoria de Serviços Jurídicos.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Felipe Kfuri Moreira da Silva, que convidou a Sra. Monique Arnaud Bogado para secretariar a reunião, sob aprovação unânime dos presentes.

ORDEM DO DIA: 1) Aprovação das Informações Trimestrais – ITR do 1º Trimestre de 2016; 2) Apresentação dos resultados acumulados do 1º Trimestre de 2016; e 3) Aprovação do cronograma das próximas reuniões para aprovação das ITR's.

MANIFESTAÇÕES E SOLICITAÇÕES: 1) Foram analisadas, pelos conselheiros, as Informações Trimestrais – ITR do 1º Trimestre de 2016, sendo prestados os respectivos esclarecimentos pelo representante do Auditor Independente, que informou que o Parecer será emitido sem ressalvas; 2) Em relação ao ITR analisado, foram solicitadas: (a) a alteração da redação da nota 23 a(i) para constar "contingências tributárias com chances de perda possível" ao invés de "contingências tributárias com êxitos possíveis"; e (b) incluir a informação acerca da variação de R\$ 120MM nas ações das causas tributárias em razão da decisão favorável à Companhia com trânsito em julgado relativo aos casos de ICMS/postos GNV; 3) Foram apresentados os resultados acumulados do 1º Trimestre de 2016 e foi solicitada informação à área de Recursos Humanos sobre o motivo do aumento das contingências das ações trabalhistas; 4) Foram prestados esclarecimentos sobre o acidente na Fazenda Botafogo; e 5) Foi solicitada a entrega do relatório dos auditores sobre os controles internos em 31.12.2015.

DELIBERAÇÕES: 1) Os Conselheiros Fiscais presentes, por unanimidade, opinaram pela aprovação dos termos das Informações Trimestrais – ITR do 1º Trimestre de 2016; e 2) Foi aprovado o cronograma das próximas reuniões para aprovação das ITR's, que se realizarão nos dias 11.08.2016 e 10.11.2016, às 09:30h.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Reunião, lavrando-se a presente ata, que vai assinada por todos os Conselheiros, tendo sido lida e achada conforme por todos os presentes.

Rio de Janeiro (RJ), 11 de maio de 2016.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Manoel Eduardo Lima Lopes

Renato Achutti

Monique Arnaud Bogado - Secretária

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, com base no seu trabalho de acompanhamento, nas informações prestadas pela Administração da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo na data mencionada anteriormente, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, além da demonstração intermediária do valor adicionado, opinam, por unanimidade, pela aprovação dos termos das Informações Trimestrais relativas ao 1º Trimestre de 2016.

Rio de Janeiro (RJ), 11 de maio de 2016.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Manoel Eduardo Lima Lopes